

Expediente

Eduardo Henrique Accioly Campos
Governador

João Lyra Neto
Vice-Governador

Laura Mota Gomes
Secretária de Estado de
Desenvolvimento Social e Direitos
Humanos

Clodoaldo Silva
Secretário Executivo de
Coordenação de Gestão

Ana Rita Suassuna
Secretária Executiva de
Desenvolvimento e Assistência
Social

Mariana de Andrade Lima
Suassuna
Superintendente das ações de
segurança Alimentar e Nutricional

João Maurício Rocha
Superintendente de Apoio à
Pessoa com Deficiência

Paula Vanusa de Santana T.
Oliveira
Gerente de Planejamento, Projetos
e Capacitação

Ingrid Vier
Gerente de Monitoramento e
Avaliação

Jefferson Luiz da Silva
Gerente do Fundo Estadual da
Assistência Social

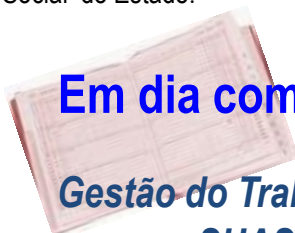
Geruza Bernadete de M. Felizardo
Gerente do Sistema Único de
Assistência Social

Rafael West
Gerente das Ações de Proteção
Social Especial de Alta
Complexidade

Rafaella Viana
Gerente das Ações de Proteção
Social Básica

Lioniza Severina dos Santos
Gerente das Ações de Proteção
Social Especial de Média
Complexidade

Em sua terceira edição em 2012, o Boletim Informativo trimestral da Gerência de Monitoramento e Avaliação (GMA), traz algumas discussões atuais acerca da Política de Assistência Social no país e no estado de Pernambuco, apresentando, em suas seções, conteúdos sobre a Gestão do Trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a revisão da NOB/SUAS que está em curso. Disponibiliza ainda informações sobre o Cadastro Único e o CECAD (ferramenta criada pelo MDS para análise do banco de dados do Cadastro). Entre outras questões, apresentamos também as ferramentas criadas pela equipe da GMA para qualificação dos fluxos das ações da Gerência e, ainda, os indicadores que estão sendo discutidos para o monitoramento e análise da Assistência Social do Estado.



Em dia com a Assistência Social

Gestão do Trabalho no SUAS

Trata-se de uma gestão que obedece as diretrizes da participação e democratização de processos que ampliem e qualifiquem o trabalho e os direitos. A gestão do Trabalho no SUAS é a gestão do processo de trabalho necessário ao funcionamento da organização do sistema e abarca: *Novos desenhos organizacionais; Educação permanente dos trabalhadores; Garantia da “desprecarização dos vínculos dos trabalhadores e o fim da terceirização; Planejamento estratégico; Garantia de gestão participativa com controle social; Sistema de informação; Avaliação de desempenho; Adequação dos perfis profissionais às necessidades do SUAS; Processos de negociação do trabalho; Planos de carreiras, cargos e salários.*

Revisão da NOB/SUAS

A NOB/SUAS 2005, aprovada pela Resolução CNAS nº 130, de 15/07/2005, no intuito de regulamentar, dispor e definir competências, níveis de gestão e critérios de cofinanciamento na partilha de recursos dos SUAS, entrou em processo de revisão desde 2008 e atualmente já está sendo apresentada, aos entes federados, a versão final do texto renovado e pactuado na CIT, como ocorreu no período de 06 a 08 de novembro do corrente, por ocasião da reunião ampliada, organizada pelo MDS e CNAS para socialização e discussão do novo texto. Conforme apresentação da Secretária Nacional, Denise Colin, o cronograma da revisão continua como pode-se observar no quadro abaixo:

ATIVIDADE	SET 2012	OUT 2012	NOV 2012	DEZ 2012	JAN 2013
Discussão e pactuação na CIT	X	X			
Comissões do CNAS		X			
Deliberação na Plenária do CNAS			X	X	
Apreciação da CONJUR	X	X			
Publicação/Divulgação					X

MDS em Foco!

CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico



O MDS disponibilizou, recentemente, uma ferramenta chamada CECAD, que permite o acesso aos dados do CadÚnico, de forma organizada, criativa e inteligente. É possível acessar as informações sem a utilização de senhas, e o mais importante, gerar gráficos e tabelas dinâmicas que subsidiam o trabalho das equipes técnicas nos municípios e estados, contribuindo na elaboração de estudos, diagnósticos etc.

O acesso é fácil e rápido, disponível no seguinte link:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/index.php?group=1>

Confira algumas informações extraídas do CECAD relativas ao estado de Pernambuco

Beneficiários do PBF por faixa de renda familiar per capita

Famílias	Recebe pbf	Faixa da renda familiar per capita				Total
		Até R\$70,00	Entre R\$70,01 até R\$140,00	Entre R\$140,01 até R\$311,00	Acima de R\$311,00	
	Não	242.305	145.446	157.120	88.382	633.253
	Sim	951.925	140.458	46.345	0	1.138.728
	Total	1.194.230	285.904	203.465	88.382	1.771.981

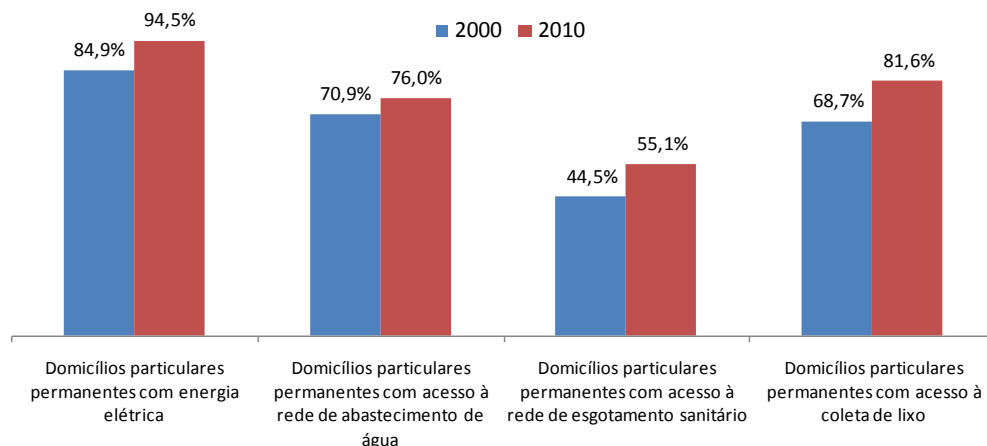
Pessoas	Recebe pbf	Faixa da renda familiar per capita				Total
		Até R\$70,00	Entre R\$70,01 até R\$140,00	Entre R\$140,01 até R\$311,00	Acima de R\$311,00	
	Não	603.752	408.028	393.042	133.814	1.538.636
	Sim	3.178.859	525.634	145.271	0	3.849.764
	Total	3.782.611	933.662	538.313	133.814	5.388.400

Fonte: CADUNICO, V7 setembro de 2012

Questões Relevantes para um Diagnóstico Municipal

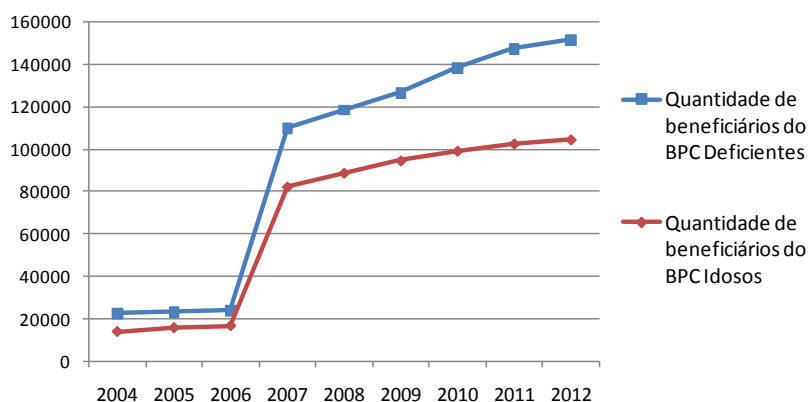


Infraestrutura domiciliar



→ O gráfico acima aponta o crescimento do acesso da população pernambucana a condições de infraestrutura domiciliar, que na última década saltou de 84,9% para 94,5% de cobertura aos domicílios do estado com energia elétrica. O mesmo ocorreu com o acesso à rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O maior destaque fica para o acesso à coleta de lixo, que passou por uma elevação de 68% para 81%, aproximadamente.

Série temporal do número de beneficiários do BPC em Pernambuco



(Fonte: Censo Demográfico, IBGE/2010).

Ano de referência	Quantidade de beneficiários		
	Total	Quantidade de beneficiários do BPC Deficientes	Quantidade de beneficiários do BPC Idosos
2004	36.569	22.561	14.008
2005	39.290	23.452	15.838
2006	41.101	24.286	16.815
2007	191.981	109.911	82.070
2008	206.876	118.283	88.593
2009	220.927	126.554	94.373
2010	237.162	138.175	98.987
2011	249.305	146.921	102.384
2012	255.637	151.301	104.336

→ O gráfico acima mostra uma modificação no perfil dos beneficiários do BPC, que entre os anos de 2004 e 2006 era uniforme entre os dois públicos do benefício e chega em 2012 com a liderança das pessoas com deficiência.

→ Em termos quantitativos, isto significa uma elevação de 22.561 mil deficientes beneficiários em 2004 para 151.301 em 2012. O público idoso também não fica atrás na adesão ao benefício, uma vez que salta de 14.008 beneficiários para 104.336, considerando o mesmo período. (tabela ao lado). **Fonte:** Matriz de Informações Sociais, MDS

Fontes para elaboração de Indicadores municipais

Gerência de Monitoramento e Avaliação

Departamento de Estatística

Um guia prático para realizar diagnóstico através das informações fornecidas pela SAGI

última atualização em 13.11.2012

● Grandes Regiões

▲ Unidades da Federação

■ Municípios

DATA SOCIAL <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi> → Data Social

→ Data SED

INDICADORES	DESCRIÇÃO	PERÍODO	DIMENSÃO
Indicadores Sociais <i>Censo demográfico</i>	Infraestrutura domiciliar (valor absoluto ou %)	2000 e 2010	● ▲ ■
	População extremamente pobre - Total de moradores de domicílios particulares permanentes em situação de extrema pobreza	2010	● ▲ ■
	População extremamente pobre - Moradores de domicílios particulares permanentes em situação de extrema pobreza por situação censitária	2010	● ▲ ■
	População extremamente pobre - Moradores de domicílios particulares permanentes em situação de extrema pobreza por faixa etária (total, urbano ou rural)	2010	● ▲ ■
	Taxa de analfabetismo da população de 10 anos ou mais	2000 e 2010	● ▲ ■
	Taxa de analfabetismo por faixa etária	2000 e 2010	● ▲ ■
Indicadores Sociais <i>Pesquisa Nacional da Amostra por Domicílios (PNAD)</i>	Infraestrutura domiciliar	2001 até 2009 e 2011	● ▲
	Infraestrutura domiciliar (%)	2001 até 2009 e 2011	● ▲
	Taxa de analfabetismo da população de 10 anos ou mais	2001 até 2009	● ▲
	Taxa de analfabetismo por faixa etária	2001 até 2009	● ▲
	Trabalho infantil - População ocupada de 5 a 14 anos	2001 até 2009	● ▲
Trabalho infantil - Nível de ocupação da população de 5 a 14 anos	2001 até 2009	● ▲	
Indicadores Econômicos (Trabalho e renda) <i>Censo demográfico</i>	Rendimento domiciliar per capita	2000 e 2010	● ▲ ■
	Índice de Gini	2000 e 2010	● ▲ ■
	Nível de ocupação da população de 10 anos ou mais	2000 e 2010	● ▲ ■
Indicadores Econômicos (Trabalho e renda) <i>Pesquisa Nacional da Amostra por Domicílios (PNAD)</i>	Rendimento domiciliar per capita	2001 até 2009 e 2011	● ▲
	Índice de Gini	2004 até 2009	● ▲
	Nível de ocupação da população de 10 anos ou mais	2001 até 2009 e 2011	● ▲

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi> → Data Social → Data SED

→ Data CAD

Famílias <i>Cadastro Único</i>	Total de famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais	2006 até 2012	● ▲ ■
	Características dos domicílios das famílias cadastradas no Cadastro Único (Forma de abastecimento de água, forma de coleta de lixo, forma de escoamento sanitário, material predominante nas paredes do domicílio ou tipo de iluminação)	2011	● ▲ ■
	Total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	2004 até 2012	● ▲ ■
	Características dos domicílios das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (Forma de abastecimento de água, forma de coleta de lixo, forma de escoamento sanitário, material predominante nas paredes do domicílio ou tipo de iluminação)	2011	● ▲ ■
Pessoas <i>Cadastro Único</i>	Características das pessoas inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais (Sexo, cor ou raça e idade)	2011 e 2012	● ▲ ■
	Características dos beneficiários do Programa Bolsa Família (Sexo, cor/raça ou idade)	2011 e 2012	● ▲ ■



! Monitoramento 2013

Reconhecido na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – Lei nº 12.435/2011) enquanto responsabilidade da União, Estados e Municípios, o processo de Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Social constitui-se como um mecanismo fundamental de aproximação à realidade da Política no território, com vistas à adoção de estratégias que garantam seu fortalecimento e efetivação. Apesar de tal importância, a Gerência de Monitoramento e Avaliação (GMA), tem enfrentado grandes desafios para a implementação do monitoramento no Estado. Um deles tem sido a falta de informações acerca da rede privada/complementar de Assistência Social existente nos municípios, que tem dificultado o desenvolvimento do trabalho de monitoramento, pois deve ser contínuo e ancorado em um banco de dados confiável. Deste modo, estava planejado por esta Gerência iniciar as atividades da segunda etapa do Monitoramento 2012, voltada aos serviços públicos e privados de Assistência Social de alta e média complexidade, bem como aos Conselhos Municipais de Assistência Social no período de 16/11/2012 a 18/02/2013.

No entanto, diante das dificuldades já colocadas, optou-se por adiar o monitoramento para a segunda quinzena de janeiro de 2013. Notou-se, nesse primeiro momento, uma fragilidade tanto das Secretarias Municipais de Assistência Social, quanto dos Conselhos Municipais e Estaduais da Assistência Social, no que diz respeito ao repasse das informações necessárias para que esse processo se desse de forma satisfatória. Salienta-se a relevância de tal iniciativa no Estado e, por essa razão, tem se configurado como grande desafio a ser superado no momento, em que todos que trabalham na/pela Política de Assistência Social participem do processo de levantamento de informações sobre a mesma.



DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

FERRAMENTAS PARA CONTROLE DE FLUXOS DAS AÇÕES DA GMA

- Comunica GMA
- Portal do Sigas/PE

As ações empreendidas pelos setores da GMA coadunam com o conceito de intersetorialidade, ideia chave para o fortalecimento e transparência das informações produzidas sobre o monitoramento e avaliação no Estado. Para tanto, internamente, os setores utilizam-se do blogue Comunica GMA, ferramenta criada para a socialização dos produtos e informações entre os setores da Gerência. Já no Portal SIGAS, os principais produtos produzidos pela GMA são posteriormente divulgados para acesso do público em geral.

Agenda de Capacitações Sobre Assistência Social em Pernambuco – GPPC/SESDSH

A Gerência de Planejamento, projetos e Capacitação - GPPC, está com uma agenda de Capacitação em Serviço para os profissionais e gestores municipais da Assistência Social, trazendo discussões sobre temas diversos como:

- ✓ Proteções Sociais
- ✓ Ética, Relatório, Laudo e Parecer Psicossocial;
- ✓ Trabalho com família: refletindo sobre o protagonismo e o atendimento dos serviços

Maiores informações:

<http://portalsocial.sedsdh.pe.gov.br/sigas/capacitacao/capacitacao.php>



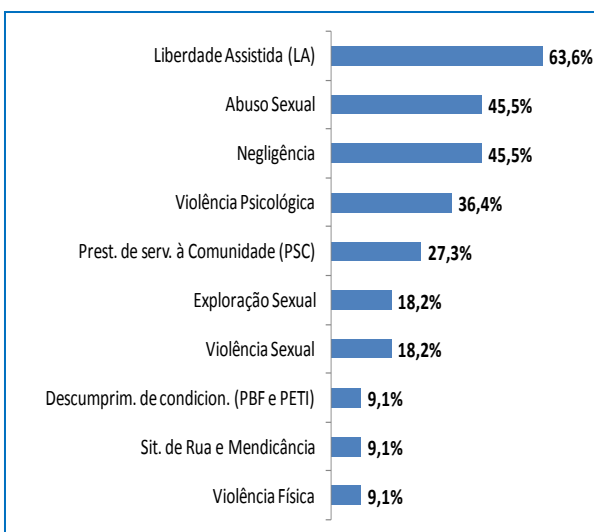
É sempre bom saber!

O Planejamento Estratégico da SEDAS está sendo discutido por comitê composto por Técnicos e gestores da Sedas, que se reúnem todas as quartas-feiras na sede da Secretaria.

DIAGNÓSTICO SOCIOASSISTENCIAL DO TERRITÓRIO ESTRATÉGICO DE GOIANA

O Estado de Pernambuco vem se colocando como um dos maiores centros de desenvolvimento econômico do Brasil, tendo como principal expressão, o seu crescimento parcimonioso que atingiu 2,8% no primeiro semestre de 2012, superando os índices do país que chegam a 1,2% no mesmo período, com isto, a Fiat opta por Pernambuco, mais precisamente por Goiana, Mata Norte do Estado, para a construção da sua mais nova fábrica, fundamentada na orientação de desenvolvimento adotada pelo Governo do Estado, nas condições logísticas adequadas e na posição geográfica estratégica, o novo polo industrial deve aliar o desenvolvimento econômico ao social, e, para que tal congregação ocorra, foi realizado pela GMA, um diagnóstico socioassistencial do território estratégico de Goiana¹ (que engloba os municípios do entorno), pretendendo identificar naquela região, as potencialidades da Política de Assistência Social já implantadas, as suas fragilidades e as necessidades que já podem ser projetadas em detrimento do crescimento populacional em curto espaço de tempo, do crescimento da demanda por serviços socioassistenciais e das novas formas de organização social que poderão surgir naquele território e que exigirão do Estado, ações planejadas e direcionadas para tal fim.

Tipos de Violações de direitos mais registrados nos atendimentos dos CREAS do Território em Torno de Goiana



GMA / PMAPAS 2012

Baseado no diagnóstico realizado é possível concluir que:

- A ocorrência da **pobreza e da extrema pobreza** se mostra acentuada no território;
- As ações da PSB em Goiana e municípios do entorno apresentam estruturação satisfatória, quando se considera a instalação dos CRAS e a operacionalização do BPC. As fragilidades são observadas na implantação do **Programa PE no Batente** e das **Cozinhas Comunitárias**, ausentes em todo o território.
- As ações da PSE de média e alta complexidade no território estão estruturadas **satisfatoriamente no que se refere à instalação dos CREAS e à implantação do PETI**.
- No que se refere aos serviços como o **CCAI, Serviços de Alta Complexidade, CJ** e o **Programa Atitude**, fica perceptível a **lacuna existente**.
- Recomenda-se, portanto, a adoção de estratégias de articulação entre os setores de vigilância social dos municípios e do Estado para a análise apurada da realidade em questão, produção de informações que viabilizem a **caracterização do déficit entre a oferta que existe na região e a necessidade da população naquele território**.
- A realização de diagnóstico e planejamento das ações da Política de Assistência, assim como a **elaboração e revisão do Plano Municipal de Assistência Social**, são instrumentos primordiais para que os projetos implantados representem, de fato, as maiores demandas dos usuários em questão;

1. Composto pelos municípios: Abreu e Lima, Aliança, Buenos Aires, Camutanga, Condado, Ferreiros, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Itambé, Itapissuma, Itaquitinga, Nazaré da Mata, Paulista, Timbaúba, Tracunhaém, Vicência.

GERÊNCIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Estrada de Belém, 713 CEP: 52041-760. Hipódromo, Recife/PE. Fone: (081) 3183-3298